

HABEAS CORPUS Nº 570.707 - RS (2020/0079996-0)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DANIELA SILVA
ADVOGADO : DANIELA SILVA - RS095494
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : SINEO BORGES GONZAGA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de **SINEO BORGES GONZAGA**, contra r. decisão proferida pelo em. Desembargador Relator que indeferiu, em 26/3/2020, o pedido liminar no **writ** em trâmite perante o eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**.

No presente **mandamus**, afirma a Defesa que *"o Paciente é portador de Diabetes Melittus tipo I de difícil controle, CID – E 10.9, fl. 1230 e 1.423, e suporta todos as consequências decorrentes das doenças, ou seja, compreende o grupo de risco para infecção pelo novo coronavírus – Covid-19" (fl. 4).*

Sustenta que, *"ante a atual crise mundial que vivemos e a iminente gravidade do quadro de saúde deste país, se faz necessário medidas excepcionais das autoridades e do Poder Judiciário" (fl. 5).*

Aduz que *"o tratamento na casa prisional é precário. Tanto é verdade, que o nível de glicose do Paciente se encontra elevado" (fl. 7).*

Requer, por isso, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem *"com a imediata substituição da Prisão em Regime Fechado no Presídio Regional de Caxias do Sul por prisão Domiciliar Humanitária, por tempo determinado de 90 (noventa) dias" (fl. 35).*

É o relatório.

Decido.

Consoante se pode aferir da inicial, verifica-se que o **habeas corpus** investe contra o indeferimento de liminar. De fato, ressalvadas hipóteses excepcionais, descabe a ação constitucional em situação como a presente, sob pena de ensejar indevida supressão de instância.

A matéria, inclusive, já encontra-se sumulada: *"Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar"* (**Enunciado Sumular n. 691/STF**).

Na hipótese, o **mandamus** impetrado na origem teve o pedido liminar indeferido sob os seguintes fundamentos, **verbis** (fls. 36-37 - grifei):

"Vistos.

Não vislumbro, prima facie, ilegalidade na prisão do paciente, razão pela qual indefiro a medida liminar pleiteada.

Acerca do tópico referente ao coronavírus, exponho algumas considerações. De acordo com as orientações para a prevenção do contágio por coronavírus (nota técnica 01/2020), elaboradas pela Secretaria da Administração Penitenciária (SEAPEN) e pela Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), diversas medidas passaram a ser adotadas com o intuito de controlar o COVID-19 no âmbito dos estabelecimentos penais.

A título exemplificativo, nos procedimentos para ingresso de servidores, será realizada uma triagem por meio de questionário e por meio da medição da temperatura. Os casos considerados suspeitos não terão a entrada autorizada por um período de 14 dias, a contar da data de identificação. Além disso, serão suspensas as visitas pelo prazo de 15 dias, a contar do dia 23 de março de 2020 (período que pode ser prorrogado).

Em linhas gerais, resta evidente a preocupação das autoridades públicas com a questão posta. Nas condições atuais, o paciente, como todos os demais presos, encontra-se mais protegido em relação a uma possível contaminação dentro do presídio do que fora dele. Diante disso, não vislumbro, no momento, a necessidade de concessão da medida liminar pleiteada.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora.

Após, vista ao Ministério Público."

A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça firmou-se no sentido de que, em casos de pedido liminar que traga em seu bojo pretensão

claramente satisfativa, seu exame deve ser reservado para o julgamento de mérito, pelo órgão responsável pela análise da causa, após exame mais aprofundado dos dados constantes do processo, garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ilustrativamente:

"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. ARTS. 288 E 317, § 1º, AMBOS DO CP, E ART. 1º, V E VII, DA LEI N. 9.613/1998, NA FORMA DO ART. 69 DO CP. NULIDADE. LIMINAR INDEFERIDA. QUESTÃO DE URGÊNCIA SATISFATIVA PELOS SEUS EFEITOS DEFINITIVOS. DECISÃO INDEFERITÓRIA DA LIMINAR QUE DEVE SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. O fundamento que ampara a questão de urgência é o mesmo que ampara o mérito, assim requer o tema uma análise mais minuciosa, o que ocorrerá quando do julgamento definitivo deste habeas corpus.

2. Agravo regimental não conhecido." (AgRg no HC 361.071/SE, Sexta Turma, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, DJe 15/09/2016, grifei)

No caso, o em. Desembargador Relator consignou que, ao exame preliminar, não vislumbrava o constrangimento ilegal indicado na impetração, reservando o exame do pleito defensivo para o momento de análise do mérito do **writ**, após instruídos os autos com as informações solicitadas e com o parecer do **Parquet estadual**.

Não vislumbro, portanto, a ocorrência de flagrante ilegalidade, capaz de ensejar o afastamento do óbice sumular acima mencionado, considerando que os argumentos da decisão combatida, **primo ictu oculi**, não se mostram teratológicos.

Nesse sentido tem decidido o Pretório Excelso: **HC** nº 103570, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Marco Aurélio**, Rel. p/ acórdão Min. **Rosa Weber**, DJe de 22/8/2014; **HC** nº 121828, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Dias Toffoli**, DJe de 25/6/2014; **HC** nº 123549 **AgR**, **Segunda Turma**, Rel.^a Min. **Cármen Lúcia**, DJe de 4/9/2014.

No âmbito desta Corte Superior, cito as seguintes decisões

Superior Tribunal de Justiça

monocráticas: **HC nº 392.348/RO, Sexta Turma, Rel. Ministro Nefi Cordeiro; HC nº 392.249/PR, Sexta Turma, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior; HC nº 392.316/SP, Quinta Turma, Rel. Ministro Ribeiro Dantas; HC nº 391.936/SP, Quinta Turma, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik; HCnº 392.187/SP, Sexta Turma, Rel^a. Ministra Maria Thereza de Assis Moura.**

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XX, e art. 210, ambos do RISTJ, **indefiro liminarmente** o processamento do presente **writ**.

P. I.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Felix Fischer

Ministro